

CELSO MING

celso.ming@grupestado.com.br



Eles emergem

Não é sem esconder certa perplexidade que os dirigentes dos países ricos comecem a se voltar para os países emergentes e a avaliá-los com outros olhos.

Antes, preocupavam-se apenas com o risco de quebra de um desses molambentos da América Latina ou da Ásia e o quanto teriam de reservar para cobertura de perdas. Agora, afligem-se quando o crescimento econômico de um desses Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) é alguma coisa menor do que o esperado.

É que a saúde (e não mais a doença) dos emergentes já começa a ficar importante demais para o emprego e para a renda dos países ricos, como ficou claro no encontro de Davos, na Suíça.

A denominação "países emer-

gentes" é tremendamente imprecisa. Há alguns anos o mundo foi arbitrariamente dividido em duas categorias: "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". Depois, ficou entendido que "subdesenvolvido" era politicamente incorreto e deveria ser substituído por "países em desenvolvimento". E, quando se viu que não dá para meter China e Botswana no mesmo saco, os analistas recorreram ao termo "emergentes" para designar o que entendiam por países mais próximos a serem admitidos ao clube dos avançados.

Assim, com limitações, podemos dizer que está relativamente perto o dia em que os 20 mais importantes países emergentes serão responsáveis permanentes (e não apenas episódicos) pela maior parte do PIB global.

Em apenas oito anos (de 2000

a 2008) os Brics proporcionaram metade do crescimento mundial e, conjuntamente, já exportam mais do que os Estados Unidos. Em dez anos a China será a segunda maior economia do mundo.

Isso começa a passar o recado para os países ricos de que não dá para esnoabar os emergentes. Boa parte do faturamento em exportações, das novas oportunidades de investimento e até mesmo das novas fontes de poder global começa a se concentrar nesse grupo.

Enquanto o mundo avançado continua prostrado na recessão, no desemprego, nas dívidas e nos déficits orçamentários, o mundo emergente esbanja energia. Conta com US\$ 4,5 trilhões em reservas internacionais.

Foi o grupo menos afetado pela crise e o primeiro a se recupe-

A FICHA DOS EMERGENTES

Os 20 mais importantes* equivalem conjuntamente a:
26,4% do PIB mundial em (US\$)
62,8% do crescimento mundial do PIB em 2010
31,0% das exportações mundiais
27,0% das importações mundiais
14,0% da dívida pública mundial
61,7% das reservas externas mundiais
22,0% no fluxo de investimento externo global
58,0% da população mundial

* África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Singapura, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, México, Paquistão, Rússia, Tailândia, Taiwan, Turquia

FONTE: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DO BRASILECO

rar. Essa síndrome parece acentuar a percepção já pronunciada por visionários de que este é o mo-

mento em que o eixo geopolítico do globo terrestre começa a se deslocar do Ocidente para o Oriente ou, mais precisamente, para a Ásia. Não é nada parecido com o que aconteceu na segunda metade dos anos 50, quando os Estados Unidos ultrapassaram a velha Europa, porque ainda falta muito para um salto desses.

Os emergentes enfrentam mais problemas do que têm soluções a apresentar. O Brasil, que encabeça o acróstico dos Brics, exibe um vigoroso mercado interno e grande capacidade para produzir commodities. Mas ainda não convenceu ninguém de que consegue o almejado crescimento sustentado e seus sucessivos governos se mostraram incapazes de levar as reformas adiante.

A economia russa ainda depende de suas exportações de pe-

tróleo e continua refém de um empreendedorismo incipiente eivado de práticas mafiosas.

A China, o mais celebrado dos emergentes, conta com 400 milhões de pessoas marginalizadas. Seu sistema produtivo ainda depende de decisões centralizadas emanadas por tecnocratas e só funciona porque mantém o yuan artificialmente desvalorizado.

E, finalmente, a economia da Índia, respeitada como grande produtora de softwares, ainda está engolfada pela pobreza, pela desigualdade determinada pela sociedade de castas e por uma precária rede de infraestrutura.

Apesar de tudo isso e de tanta coisa mais, a vitalidade dos emergentes impressiona porque está cada vez mais sendo contrastada com a perda de dinamismo dos países ricos. ●

Clóvis Ferreira/Digna Imagem.

NO MELHOR CAMINHO A GENTE PRESERVA MAIS DO QUE ESTRADAS.

O Grupo CCR está sempre buscando a excelência de suas rodovias e de seus serviços com manutenção sistemática, velocidade no atendimento, inspeção e centros de monitoramento que garantem socorro 24 horas. Tudo porque cuidar da sua viagem é cuidar de você e de sua família.

www.grupoccr.com.br

Ponte
NovaDutra
ViaLagos
RodoNorte
AutoBan
ViaOeste
RodoAnel
Renovias

Econômicas

PESQUISA
Confiança da indústria sobe pelo 10.º mês

● A confiança da indústria brasileira aumentou em janeiro pelo décimo mês seguido, atingindo o maior nível desde julho de 2008, enquanto o uso da capacidade instalada diminuiu pelo segundo mês. O índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) subiu 0,2% em janeiro em relação a dezembro, pa-

ra 113,6 pontos, com ajuste sazonal. "Com o resultado, o índice sinaliza manutenção do aquecimento do mercado interno, com alguma acomodação da produção em janeiro e otimismo em relação ao ambiente de negócios durante o primeiro semestre do ano", disse a FGV em nota.

ENERGIA

Aneel adia discussão sobre novas tarifas

● A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou para a próxima terça-feira a discussão sobre o aditivo nos contratos de concessão das distribuidoras para corrigir um erro na metodologia dos reajustes tarifários. Uma reunião extraordinária do órgão regulador estava marcada para ontem para tratar do tema. A questão, agora, entrará na pauta da reunião ordinária dos diretores da Aneel, realizada semanalmente todas as terças-feiras.

... "O Banco do Japão está pronto para agir rápida e decisivamente se os mercados financeiros se tornarem instáveis novamente"

Masaaki Shirakawa, presidente do Banco do Japão (o banco central japonês)



FORÇA DE GIGANTE
15 milhões de unidades

é o total de carros que a China deve vender este ano, depois de ter crescido 46% no ano passado, quando medidas de apoio implementadas pelo governo ajudaram o país a desbancar os EUA no posto de maior mercado de veículos do mundo

BANCOS

JPMorgan se lança no mercado global

● O JPMorgan Chase está lançando um negócio global de serviços de banco comercial, passando a concorrer com o Citigroup e HSBC, segundo o jornal *Financial Times*. O novo negócio inclui empréstimos, negociação de commodities e serviços de gerenciamento de caixa e vai inicialmente se concentrar em economias de rápido crescimento, como Brasil, China e Índia. Segundo o jornal, a criação de uma unidade bancária corporativa global – que não foi anunciada – levará o JPMorgan a investir recursos substanciais e a contratar centenas de bancários em um esforço para obter uma fatia maior dos negócios internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR

ZPE de Pernambuco muda de município

● Uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) acaba de ser criada em Suape, no município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, à margem da rodovia BR 101 Sul, por um decreto presidencial publicado ontem no *Diário Oficial* da União. Com essa decisão, o presidente da República revoga decreto anterior, de 1988, que havia criado a ZPE no município do Cabo, também em Pernambuco. A ZPE revogada tinha 451,52 hectares. A que foi criada ocupa 198,84 hectares e entrará em funcionamento após o processo de alfandegamento da área pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Opinião

São as importações, estúpido!



Carlos Pio*

O câmbio está apreciado, dizem os analistas. A população vai às compras, eufórica. O governo colhe os frutos políticos desse consumo. Os industriais reclamam. E verifica-se, uma vez mais, um canhestro debate sobre como conter a apreciação e definir a taxa "correta" de câmbio, envolvendo economistas do governo e da oposição, todos de formação estruturalista. Esses economistas defendem a intervenção do governo no câmbio para complementar suas intervenções via política industrial e comercial que escolhem setores e empresas para receber subsídios e proteção. Trata-se de transferência de dinheiro escasso para gente rica, com dinheiro dos trabalhadores.

Essa discussão omite os custos sociais e econômicos da opção por um câmbio artificialmente depreciado ("chinês"). E estruturalistas acusam seus críticos de "neoliberalistas" porque ousam apontar as fragilidades de suas teorias. Entre essas, desta-

co: 1) A possibilidade de calcular objetivamente uma taxa "correta" de câmbio; 2) a existência, no governo, de meios para fazer esse cálculo e ajustá-lo diante de mudanças nas condições do ambiente, além de instrumentos efetivos de política econômica para sustentar essa taxa e de condições políticas para realizar tal tarefa com eficácia e eficiência; e, por fim, 3) que tal estratégia é não apenas necessária e óbvia, mas capaz de minimizar riscos e custos para o crescimento de longo prazo.

Os estruturalistas conduziram a economia brasileira no período de 1950-1989, quando a transformaram numa das mais fechadas do globo, distribuíram proteção e subsídio a empresas brasileiras e estrangeiras e administraram o câmbio. Mas não conseguiram mantê-lo menos apreciado do que está hoje. Ao mesmo tempo que a indústria floresceu, a inflação, as desigualdades sociais e regionais e as dívidas interna e externa explodiram como em nenhum outro país. Eis a herança que nos deixaram. Atualmente na Fazenda, eles dispõem de precário instrumental para tentar minimizar a apreciação do real. Mesmo assim, disposição não lhes falta.

O debate atual é esquisito por duas razões. Primeiro, porque a apreciação resulta da entrada

de dólares atraídos pelos esbravejados sucessos do governo – crescimento com inflação baixa, queda da pobreza e da desigualdade, aumento real do salário mínimo. Segundo, porque o verdadeiro problema não é a entrada de capitais (excessiva?!), que suprim nossa deficiente poupança doméstica, mas os impedimentos à sua livre saída! Explique: os consumidores locais (famílias e empresas) não têm plena liberdade para usar os dólares que entram para comprar bens e serviços no exterior. Baixa demanda por moeda estrangeira (em contexto de forte entrada) provoca, naturalmente, uma tendência apreciativa.

Os estruturalistas são contra a liberação das importações porque tal liberdade prejudicaria a indústria nacional. Sem a reserva de mercado – que garante preços artificialmente elevados –, as empresas localizadas no Brasil não têm como lucrar, argumentam. Eles defendem supostos "interesses nacionais" ao custo do bem-estar da população. No entanto, e contraditoriamente, as próprias empresas são prejudicadas pela proteção. Como não podem importar livremente insumos e tecnologia, tornam-se pouco competitivas (preço/qualidade). Produzem mais caro que no exterior e engrossam as fileiras dos que deman-

dam mais proteção e subsídio. Impedida de comprar alimentos, remédios e vestuário mais baratos e de melhor qualidade do que o ofertado pelas empresas protegidas, a população passa a demandar proteção "contra o mercado" na forma de leis trabalhistas, salário mínimo legislado e proteção comercial para empresas.

Estamos, assim, presos a um equilíbrio econômico perverso, pois com baixo crescimento. Para sair dele, precisamos liberalizar unilateralmente as importações. Isso é fundamental para aumentar o bem-estar das famílias e a eficiência das empresas, por várias razões: preços mais baratos permitem às famílias consumir, poupar e pagar dívidas. Importações derrubam a inflação (e os juros) e aumentam a produtividade, além de estimularem exportações, pois empresas eficientes oferecem bens melhores e mais baratos. E abertura eleva a demanda por dólares e deprecia o real. É uma engrenagem sustentável de crescimento, porém ausente de nosso debate. ●

*Carlos Pio, professor da Universidade de Brasília, é pesquisador visitante da Universidade de Oxford (Inglaterra) e membro do Instituto Millenium. E-mail: crpio@unb.br

O Copom e as finanças públicas

A mudança de comunicado final da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deixa bem claro que seus membros não compartilham da convicção de que a taxa Selic atual seja condizente com um cenário benigno de inflação. Ao contrário, temem que o País entre em fase de forte consumo. A divulgação da ata da reunião, na próxima semana, deve esclarecer se veem ameaça apenas num descasamento entre demanda e produção domésticas – sabendo que uma desvalorização da moeda nacional dificulta a cobertura desse "gap" pela importação – ou se a maior preocupação é com as transferências oficiais num ano de eleição.

De qualquer modo, o comunicado final torna mais provável a elevação da taxa Selic na reunião de março. Isso atrapalharia os planos do governo num ano de eleições.

A primeira reação vem do secretário do Tesouro, Arno Augustin, que declarou que, na sua visão, a política monetária deve acompanhar a necessidade de retomada do crescimento. É a primeira vez que o Tesouro, em princípio muito ligado à atuação do Banco Central (BC) na administração da dívida, se permite condenar a política monetária.

A reação do governo foi muito mais hábil ao anunciar que

até março vai limitar os gastos para evitar a elevação da taxa de juros e, segundo anunciou o ministro do Planejamento, cortes no Orçamento serão feitos em março.



Outras medidas foram anunciadas para conseguir recursos dos bancos, como por exemplo a autorização do governo de dar seu aval para que as usinas elétricas em construção possam receber créditos.

A questão é saber se as autoridades monetárias, de um lado, acreditarão na firmeza das decisões do governo; de outro, se as acharão suficientes; e, finalmente, se considerarão que não é

preciso – como é do costume no Copom – adiantar-se às consequências de uma elevação da liquidez. Deve-se acrescentar que o fato de dar um aval a algumas companhias públicas representa uma garantia para as autoridades monetárias, na medida em que, provavelmente, o governo teria de cobrir a inadimplência delas.

Os erros cometidos nos últimos tempos, como o aumento dos salários e de funcionários, têm efeito duradouro que nenhum corte orçamentário possa neutralizar. Dificilmente o governo, num ano de eleição, cortará os investimentos. Nesse quadro, se não for em março o aumento da Selic, isso acontecerá em abril, a menos que a equipe do BC seja trocada. ●